

Enel Green Power Salto Apicás S.A.

CNPJ: 17.832.065/0001-04

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Com relatório dos auditores independentes

Enel Green Power Salto Apicás S.A.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Índice

Relatório da administração.....	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.....	4
Demonstrações financeiras	
Balancos patrimoniais.....	7
Demonstrações do resultado.....	9
Demonstrações do resultado abrangente	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	13

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

Senhores cotistas, a Administração da Enel Green Power Salto Apicás S.A., em cumprimento às suas atribuições e atendendo aos dispositivos legais e contratuais vigentes, apresenta a V.Sas. as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhada do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2025.

Diretoria executiva

Bruno Riga

Vago

Vago

Vago

Jayme Barg

Cargo

Diretor-Presidente

Diretor Administrativo, Financeiro e de Planejamento e Controle

Diretor de Compras

Diretor de Construção

Diretor de Operação e Manutenção

Relações com investidores

Fábio Romanin

Contadora responsável

Camila Silva de Mello

CRC 1RS083577/O-5



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da Enel Green Power Salto Apicacás S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Enel Green Power Salto Apicacás S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Enel Green Power Salto Apicacás S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

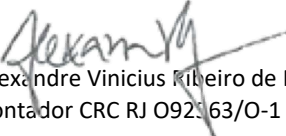
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ


Alexandre Vinicius Ribeiro de Figueiredo
Contador CRC RJ 092.163/O-1

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31.12.2024	31.12.2023
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	48.869	34.422
Títulos e valores mobiliários	4	10.030	-
Contas a receber de clientes	5	5.997	12.929
Imposto de renda e contribuição social compensáveis		715	-
Outros tributos compensáveis		164	198
Ressarcimento TUSD		3.473	1.577
Compartilhamento de infraestrutura a receber	19	1.240	8.005
Almoxarifado		470	543
Adiantamento a fornecedores		647	650
Outros créditos		614	738
Total do ativo circulante		72.219	59.062
Ativo não circulante			
Cauções e depósitos	6	8.274	7.785
Depósitos vinculados	12	4.325	11.524
Ressarcimento TUSD		6.977	8.874
Imobilizado	7	253.457	255.367
Intangível	8	21.668	22.594
Total do ativo não circulante		294.701	306.144
Total do ativo		366.920	365.206

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31.12.2024	31.12.2023
<u>Passivo circulante</u>			
Fornecedores	9	15.228	10.526
Empréstimos e financiamentos	10	6.588	6.569
Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	17
Outras obrigações fiscais	11	787	2.456
Dividendos a pagar	13	1.247	1.050
Salários, provisões e encargos sociais		198	417
Encargos setoriais		1.532	1.312
Outras obrigações		628	493
Total do passivo circulante		26.208	22.840
<u>Passivo não circulante</u>			
Empréstimos e financiamentos	10	72.730	78.362
Provisões para processos judiciais	12	2	26
Total do passivo não circulante		72.732	78.388
<u>Patrimônio líquido</u>			
Capital social		260.607	260.607
Reserva de lucros		7.373	3.371
Total do patrimônio líquido		267.980	263.978
Total do passivo		366.920	365.206

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota	2024	2023
Receita líquida	15	41.354	39.339
Custo	16	(21.195)	(19.048)
Lucro bruto		20.159	20.291
<u>Receitas (despesas) operacionais</u>	16		
Despesas gerais e administrativas		(4.688)	(5.008)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber		36	(28)
Outras receitas operacionais		17	-
Total despesas operacionais		(4.635)	(5.036)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		15.524	15.255
<u>Resultado financeiro</u>	17		
Receitas financeiras		6.408	5.680
Despesas financeiras		(12.059)	(9.478)
Variações cambiais líquidas		(1.121)	293
Total do resultado financeiro		(6.772)	(3.505)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		8.752	11.750
<u>Imposto de renda e contribuição social</u>	18		
Imposto de renda e contribuição social correntes		(3.503)	(3.211)
Total dos tributos sobre o lucro		(3.503)	(3.211)
Lucro líquido do exercício		5.249	8.539
Lucro líquido por ação em R\$ - básico e diluído	14	0,0191	0,0311

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(valores expressos em milhares de reais)

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	5.249	8.539
Total dos resultados abrangentes do exercício	5.249	8.539

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(valores expressos em milhares de reais)

	Capital social		Reservas de lucros			Total
	Capital subscrito	(-) Capital a integralizar	Reserva legal	Reserva para reforço de capital de giro	Prejuízos acumulados	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	274.421	(13.814)	-	-	(4.118)	256.489
<u>Resultado abrangente total:</u>						
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	8.539	8.539
<u>Transações com os acionistas</u>						
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	(1.050)	(1.050)
<u>Mutações internas do patrimônio líquido</u>						
Reserva legal	-	-	221	-	(221)	-
Reserva para reforço de capital de giro	-	-	-	3.150	(3.150)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	274.421	(13.814)	221	3.150	-	263.978
<u>Resultado abrangente total:</u>						
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	5.249	5.249
<u>Transações com os acionistas</u>						
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	(1.247)	(1.247)
<u>Mutações internas do patrimônio líquido</u>						
Reserva legal	-	-	262	-	(262)	-
Reserva para reforço de capital de giro	-	-	-	3.740	(3.740)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	274.421	(13.814)	483	6.890	-	267.980

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(valores expressos em milhares de reais)

	31.12.2024	31.12.2023
<u>Atividades operacionais</u>		
Lucro líquido do exercício	5.249	8.539
<u>Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais</u>		
Depreciação e amortização	8.946	11.647
Variações cambiais da dívida	715	902
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	(36)	28
Provisões para processos judiciais	(24)	1
Juros sobre empréstimos e financiamentos	6.659	7.050
Custo de transação	247	249
<u>Redução (aumento) dos ativos</u>		
Contas a receber de clientes	6.968	(488)
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	(715)	-
Outros tributos compensáveis	34	-
Ressarcimento TUSD	1	2.039
Depósitos vinculados	7.199	(1.255)
Compartilhamento de infraestrutura a receber	6.765	(1.929)
Almoxarifado	73	(212)
Adiantamento a fornecedores	3	(3)
Outros créditos	124	(31)
<u>Redução (aumento) dos passivos</u>		
Fornecedores	4.702	(1.451)
Imposto de renda e contribuição social a pagar	3.479	2.793
Outras obrigações fiscais	(1.669)	16
Salários, provisões e encargos sociais	(219)	(731)
Encargos setoriais	220	140
Outras obrigações	135	192
Pagamento de juros (encargos de dívidas)	(6.696)	(7.068)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(3.496)	(3.013)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	38.664	17.415
<u>Atividades de investimentos</u>		
Adições para ativo imobilizado	(6.087)	(737)
Adições para ativo intangível	(23)	(19)
Títulos e valores mobiliários	(10.030)	-
Cauções e depósitos	(489)	713
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(16.629)	(43)
<u>Atividades de financiamentos</u>		
Captação de empréstimos e financiamentos	-	1.779
Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal)	(6.538)	(6.432)
Pagamento de dividendos	(1.050)	(1.435)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	(7.588)	(6.088)
Variação no caixa líquido	14.447	11.284
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	34.422	23.138
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	48.869	34.422

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A Enel Green Power Salto Apiacás S.A. (“Companhia”) foi constituída em 26 de janeiro 2013, com sede na cidade e Estado do Rio de Janeiro, e tem por objeto social a geração de energia elétrica de origem hidráulica, podendo realizar outros serviços afins ou complementares relacionados ao seu objeto social.

A Companhia explora o potencial hidráulico de 45 MW no município de Alta Floresta, Estado do Mato Grosso, que foi objeto do Leilão nº 06/2013-ANEEL, com contrato vigente até 11 de agosto de 2043. Através do despacho ANEEL 4.488 de 16 de setembro de 2016 as unidades geradoras UG1 a UG3, foram liberadas para início da operação comercial.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Base de preparação

2.1.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A Companhia aplicou e divulgou as políticas contábeis materiais, de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela administração da Companhia na sua gestão.

A administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 21 de fevereiro de 2025.

2.1.2 Moeda funcional e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.1.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicada a base diferente de mensuração.

2.2 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 1º de janeiro de 2024

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024 estão evidenciadas a seguir e não resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis materiais atualmente utilizadas pela Companhia:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para os períodos anuais iniciados em ou após
CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis - Passivos não circulantes com cláusulas restritivas e classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	Estabelece requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante e passivo circulante com <i>covenants</i> .	1º de janeiro de 2024
CPC 06 - Arrendamentos - Passivo de arrendamento em uma venda e arrendamento posterior	Define a responsabilidade de arrendamento em uma venda e relocação.	1º de janeiro de 2024
CPC 03 - Demonstração dos fluxos de caixa e CPC 40 - Instrumentos financeiros - evidenciação - Acordos de financiamento de fornecedores	Define requisitos de divulgação para acordos de financiamento de fornecedores, apresentando como esses acordos afetam os passivos e os fluxos de caixa de uma entidade; e como a entidade poderia ser afetada se os acordos já não estivessem disponíveis para ela.	1º de janeiro de 2024

2.3 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024, e ainda não estão em vigentes. A Companhia está avaliando os impactos dessas novas normas, e se aplicável aos negócios da Companhia, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor.

As principais alterações estão descritas a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para os períodos anuais iniciados em ou após
IFRS 18 - Apresentação e divulgação das demonstrações financeiras (o CPC ainda não se pronunciou como será a efetiva adesão ao IFRS 18, por uma nova norma ou alteração do CPC 26)	<p>Demonstração do resultado: Classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias: operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.</p> <p>As medidas de desempenho definidas pela administração (são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.</p> <p>Orientações aprimoradas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.</p> <p>Usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.</p>	1º de janeiro de 2027
CPC 02 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - Ausência de conversibilidade	<p>A falta de trocabilidade para exigir que uma entidade aplique uma abordagem consistente para avaliar se uma moeda é trocável por outra moeda e, quando não o é, para determinar a taxa de câmbio a utilizar e as divulgações a fornecer.</p>	1º de janeiro de 2025
CPC 48 - Instrumentos financeiros e CPC 40 - Instrumentos financeiros: Evidenciação - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	<p>De acordo com as alterações, a empresa geralmente desreconhece suas contas a pagar na data de liquidação quando ela usa um sistema de pagamento eletrônico que atende a todos os seguintes critérios: (i) nenhuma capacidade prática de retirar, interromper ou cancelar a instrução de pagamento; (ii) nenhuma capacidade prática de acessar o dinheiro a ser usado para liquidação como resultado da instrução de pagamento; e (iii) o risco de liquidação associado ao sistema de pagamento eletrônico é insignificante.</p> <p>Requisitos de classificação e mensuração no CPC 48 Instrumentos Financeiros – incluindo a classificação de ativos financeiros com um recurso vinculado a ESG. As novas alterações ajudarão as empresas a avaliar se os ativos financeiros com características ESG atendem ao critério de pagamentos somente de principal e juros.</p>	1º de janeiro de 2026

2.4 Aplicação de julgamentos, estimativas e premissas contábeis materiais

As práticas contábeis e estimativas materiais da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas.

A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que poderá levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, estão apresentadas nas notas explicativas.

A seguir estão apresentadas as notas explicativas que contém informações sobre julgamentos e principais premissas realizadas.

Nota 5 – Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa,

Nota 7 – Imobilizado;

Nota 8 – Intangível;

Nota 12 – Provisões para processos judiciais, e

Nota 20 – Instrumentos financeiros.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	31.12.2024	31.12.2023
Caixa e contas correntes bancárias	899	978
Aplicações financeiras		
CDB (Aplicações diretas)	30.505	33.444
Operações compromissadas	17.465	-
Total	48.869	34.422

Caixa e equivalentes de caixa, incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos por apresentarem risco insignificante de variação no seu valor de mercado.

As aplicações financeiras são representadas por aplicações diretas em CDBs (que possuem conversibilidade imediata e insignificante risco de mudança de valor) e operações compromissadas contratadas diretamente ou via fundo de investimento exclusivo (onde a instituição financeira emissora das operações garante a recompra imediata dos títulos, operação classificada como de baixo risco de crédito).

Em 31 de dezembro de 2024, os certificados de depósitos bancários e o Fundo de investimento exclusivo, que contém as operações compromissadas na carteira, foram remunerados a 100,25% do CDI (CDBs foram remunerados, em média, 99,00% do CDI em 31 de dezembro de 2023).

De acordo com o modelo de negócios da Companhia, os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado pois tem como objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da sua contratação e atualização da taxa CDI mensal.

Redução ao valor recuperável: todo saldo relacionado a caixa e equivalentes de caixa está sujeito à análise de perdas esperadas de acordo com o CPC 48 Instrumentos Financeiros. Os investimentos da Companhia são realizados com base na sua política que determina a diversificação do risco de crédito, centralização de

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



suas transações em instituições de primeira linha e estabelecimento de limites de concentração e critérios de ratings das principais agências de risco (vide nota explicativa nº 20).

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não há expectativa de perda de ativos financeiros nas instituições para os quais a Companhia possui caixa, equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo. Desse modo, não foi registrada nenhuma perda esperada associada a esses ativos.

4. Títulos e valores mobiliários

Os títulos classificados como valor justo por meio do resultado, referem-se aos ativos adquiridos por meio de carteira em fundos de investimento. Estes investimentos financeiros possuem prazos de vencimento superiores a três meses e, em sua maioria, são representados no ativo circulante em função da expectativa de realização ou vencimento no curto prazo.

	31.12.2024	31.12.2023
Fundos de investimentos exclusivos		
Títulos públicos	8.756	-
LF - Letra Financeira	1.274	-
Total	10.030	-

O saldo refere-se aos ativos do fundo exclusivo das empresas do Grupo Enel, no qual a Companhia é uma das cotistas e apresenta 3,57% de representatividade sobre o total do fundo em 31 de dezembro de 2024 (não há aplicações em fundos em 31 de dezembro de 2023).

Estes fundos de Investimento são administrados por Asset de primeira linha. Esses fundos são classificados como renda fixa, possuem alta liquidez e buscam retorno compatível com o benchmark que é a taxa CDI. Nenhum desses ativos está vencido nem apresenta problemas de recuperação ou redução ao valor recuperável no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2024. As aplicações em fundos de investimento foram remuneradas no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, em média, a 100,25% do CDI. Não houve aplicação em operações compromissadas em 31 de dezembro de 2023.

5. Contas a receber

O saldo registrado engloba as contas a receber com venda de energia, registrado pelo valor de custo incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia e deduzidos de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável.

	Nota	A vencer	Vencidos		Total	PECLD	31.12.2024
			até 60 dias	mais de 360 dias			
Mecanismo de curto prazo - MCP		871	-	-	871	-	871
Suprimento - ACR - Ambiente de contratação regulado		4.373	2	516	4.891	(537)	4.354
Contas a receber - partes relacionadas	19	620	152	-	772	-	772
Total		5.864	154	516	6.534	(537)	5.997

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Nota	A vencer	Vencidos		Total	PECLD	31.12.2023
			até 60 dias	mais de 360 dias			
Mecanismo de curto prazo - MCP		232	-	-	232	-	232
Suprimento - ACR - Ambiente de contratação regulado		4.185	1.047	516	5.748	(573)	5.175
Contas a receber - partes relacionadas	19	601	144	6.777	7.522	-	7.522
Total		5.018	1.191	7.293	13.502	(573)	12.929

O prazo médio de recebimento é de aproximadamente 30 dias, contados a partir do primeiro dia do mês subsequente à venda.

As transações de energia no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), são realizadas no Mercado de Curto Prazo (MCP) e são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência.

Uso de estimativas

Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa (“PECLD”)

As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para todo período útil do ativo financeiro, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência de perda de crédito do Grupo Enel cujo modelo permite adoção de premissas específicas, como por exemplo, aplicação de garantias e determinação e mudança de risco de crédito individual.

São determinados percentuais de perdas esperadas de crédito (“*Expected Credit Losses* – ECL”) desde o reconhecimento inicial do ativo financeiro, através da expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, a Probabilidade de Inadimplência (“*Probability of Default* – PD”), o percentual de perda realizada em decorrência da inadimplência (“*Loss given default* – LGD”) e os percentuais de perda esperada de crédito, ora aplicados, aumentam à medida que os ativos financeiros envelhecem.

A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda e crédito da Companhia e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro.

A Companhia não constitui provisão para perdas esperadas de liquidação duvidosa para recebíveis que são liquidados na CCEE (MCP) e, em razão das garantias envolvidas nas operações reguladas. Quanto aos saldos a receber de partes relacionadas, por não apresentarem risco de recuperação, nenhuma perda esperada foi registrada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

A movimentação da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Contas a receber de clientes	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(544)	(544)
Provisões	(731)	(731)
Reversões	703	703
Baixa de incobráveis	(1)	(1)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(573)	(573)
Provisões	(34)	(34)
Reversões	70	70
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(537)	(537)

6. Cauções e depósitos

	31.12.2024	31.12.2023
Conta centralizadora	2.306	1.190
Conta reserva do serviço da dívida do BNDES	5.968	6.595
Total	8.274	7.785

O saldo é composto por valores em garantia conforme definido nos contratos de empréstimos e financiamentos destacados abaixo:

- **Conta centralizadora:** conta corrente constituída exclusivamente para a arrecadação dos recursos decorrentes dos direitos cedidos no contrato de financiamento com o BNDES;
- **Conta reserva do serviço da dívida do BNDES:** conta corrente para a qual é transferido o valor necessário para perfazer o saldo integral mínimo de 6 vezes o valor da última prestação do serviço da dívida.

Uma vez que as contas estão atreladas ao empréstimo captado, com data de vencimento em 15 de junho de 2037, a rubrica de cauções e depósitos encontra-se classificada como não circulante no balanço em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

7. Imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado da Companhia são apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Um item do ativo imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O saldo do ativo imobilizado está composto, basicamente, pelo custo de aquisição de máquinas e equipamentos, principalmente por aerogeradores e turbinas que compõem a infraestrutura operacional da Companhia, edificações, obras civis e benfeitorias.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir é apresentada a movimentação desses ativos:

	31.12.2023	Adições	Depreciação	Transferências	31.12.2024
<u>Imobilizado em serviço</u>					
Terrenos	317	-	-	-	317
Edif. Ob. Civas e benfeitorias	200.429	-	-	-	200.429
Veículos	107	-	-	-	107
Reservatórios, barragens e adutoras	94.054	-	-	35	94.089
Linhas de transmissão	20.241	-	-	-	20.241
	315.148	-	-	35	315.183
<u>Depreciação acumulada</u>					
Edif. Ob. Civas e benfeitorias	(37.608)	-	(4.466)	-	(42.074)
Veículos	(104)	-	-	-	(104)
Reservatórios, barragens e adutoras	(20.643)	-	(2.892)	-	(23.535)
Linhas de transmissão	(4.480)	-	(639)	-	(5.119)
	(62.835)	-	(7.997)	-	(70.832)
<u>Imobilizado em curso</u>					
Máquinas e equipamentos	3.054	6.087	-	(35)	9.106
	3.054	6.087	-	(35)	9.106
Total	255.367	6.087	(7.997)	-	253.457

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Salto Apicás S.A.

	31.12.2022	Adições	Depreciação	Transferências	31.12.2023
<u>Imobilizado em serviço</u>					
Terrenos	317	-	-	-	317
Edif. Ob. Civas e benfeitorias	200.422	-	-	7	200.429
Veículos	107	-	-	-	107
Reservatórios, barragens e adutoras	94.054	-	-	-	94.054
Linhas de transmissão	20.241	-	-	-	20.241
	315.141	-	-	7	315.148
<u>Depreciação acumulada</u>					
Edif. Ob. Civas e benfeitorias	(30.755)	-	(6.853)	-	(37.608)
Veículos	(89)	-	(15)	-	(104)
Reservatórios, barragens e adutoras	(17.471)	-	(3.172)	-	(20.643)
Linhas de transmissão	(3.819)	-	(661)	-	(4.480)
	(52.134)	-	(10.701)	-	(62.835)
<u>Imobilizado em curso</u>					
Máquinas e equipamentos	2.324	737	-	(7)	3.054
	2.324	737	-	(7)	3.054
Total	265.331	737	(10.701)	-	255.367

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Uso de estimativas

Redução ao valor recuperável:

A Companhia avalia anualmente eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Caso exista um indicador de perda de valor recuperável, o teste é realizado anualmente no fim de cada exercício social ou sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

Depreciação

O valor residual e a vida útil de um ativo são revisados pelo menos ao final de cada exercício. Em 2024, a Companhia revisou o desmembramento de ativos da tecnologia hidráulica, considerando a experiência da Companhia com ativos semelhantes e com auxílio de uma consultoria técnica, empresa especializada no setor elétrico, bem como revisou as classificações dos ativos conforme as taxas de depreciação, em conformidade ao Manual de Contabilidade Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE) da ANEEL.

As principais taxas de depreciação que refletem a vida útil dos ativos imobilizados, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

Elétricos

Edif. Ob. Cívicas e benfeitorias	2,50%
Máquinas e equipamentos	1,33%
Veículos	0,42%
Reservatórios, barragens e adutoras	4,17%

Os efeitos da revisão das classificações dos ativos conforme as taxas de depreciação, foram reconhecidos prospectivamente, a partir de 01 de janeiro de 2024, e impactaram em R\$ 2.645 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. A depreciação do exercício de 2024 no valor de R\$ 7.997, considerando a revisão realizada, seria de R\$ 10.642.

8. Intangível

A Companhia reconhece como ativo intangível o direito de operar a usina de geração de energia elétrica durante o período da outorga.

O ativo intangível é demonstrado ao custo de aquisição e/ou de construção, incluindo a margem de construção. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil regulatória nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão. A amortização é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil regulatória estimada.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Salto Apiacás S.A.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva

Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

Uso de estimativas:

A Companhia avalia anualmente eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Caso exista um indicador de perda de valor recuperável, o teste é realizado anualmente no fim de cada exercício social ou sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O valor recuperável do ativo é definido como sendo o maior entre o valor de uso e o valor justo menos custo para venda.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

A composição do saldo de ativos intangíveis é como segue:

	Em serviço		31.12.2024	31.12.2023
	Custo	Amortização acumulada	Total	Total
Direito de uso da concessão	28.143	(6.531)	21.612	22.558
Custo incremental	61	(5)	56	36
Total	28.204	(6.536)	21.668	22.594

A movimentação do intangível está demonstrada a seguir:

	31.12.2023	Adições	Amortização	31.12.2024
<u>Intangível em serviço</u>				
Direito de uso da concessão	28.143	-	-	28.143
Custo incremental	38	23	-	61
	28.181	23	-	28.204
<u>Amortização acumulada</u>				
Direito de uso da concessão	(5.585)	-	(946)	(6.531)
Custo incremental	(2)	-	(3)	(5)
	(5.587)	-	(949)	(6.536)
Total	22.594	23	(949)	21.668

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Salto Apicás S.A.

	31.12.2022	Adições	Amortização	31.12.2023
<u>Intangível em serviço</u>				
Direito de uso da concessão	28.143	-	-	28.143
Custo incremental	19	19	-	38
	28.162	19	-	28.181
<u>Amortização acumulada</u>				
Direito de uso da concessão	(4.639)	-	(946)	(5.585)
Custo incremental	(1)	-	(1)	(2)
	(4.640)	-	(947)	(5.587)
Total	23.522	19	(947)	22.594

As principais taxas de amortização que refletem a vida útil dos ativos intangíveis, são as seguintes:

Administração	%
Direito de uso da concessão	6,25%
Custo incremental	4,00%

9. Fornecedores

A Companhia utiliza o método de custo amortizado para reconhecimento e mensuração dos saldos de fornecedores.

	Nota	31.12.2024	31.12.2023
Compra de energia		1.511	1.079
Compra de energia - partes relacionadas	19	230	25
Encargo de uso da rede		145	162
		1.886	1.266
Materiais e serviços		4.933	2.195
Materiais e serviços - partes relacionadas	19	8.409	7.065
		13.342	9.260
Total		15.228	10.526

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Empréstimos e financiamentos

Os saldos de empréstimos e financiamentos são registrados pelo custo amortizado.

10.1 Os saldos de empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

	Circulante			Não circulante		31.12.2024	Circulante			Não circulante		31.12.2023
	Principal	Encargos	Total	Principal	Total	Total circulante + não circulante	Principal	Encargos	Total	Principal	Total	Total circulante + não circulante
Moeda nacional												
BNDES	6.325	263	6.588	72.730	72.730	79.318	6.269	300	6.569	78.362	78.362	84.931
Total	6.325	263	6.588	72.730	72.730	79.318	6.269	300	6.569	78.362	78.362	84.931

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A movimentação da dívida é como segue:

	Moeda Nacional		Total
	Circulante	Não circulante	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	6.393	82.058	88.451
Captações	1.779	-	1.779
Encargos provisionados	7.050	-	7.050
Encargos pagos	(7.068)	-	(7.068)
Variação monetária	902	-	902
Transferências	3.696	(3.696)	-
Pagamentos / amortizações	(6.432)	-	(6.432)
Amortização custos de transação	249	-	249
Saldo em 31 de dezembro de 2023	6.569	78.362	84.931
Encargos provisionados	6.659	-	6.659
Encargos pagos	(6.696)	-	(6.696)
Variação monetária	715	-	715
Transferências	5.632	(5.632)	-
Pagamentos / amortizações	(6.538)	-	(6.538)
Amortização custos de transação	247	-	247
Saldo em 31 de dezembro de 2024	6.588	72.730	79.318

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



10.2 As principais características dos contratos de empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:

(a) Empréstimos e financiamentos obtidos em exercícios anteriores e vigentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a. (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Finalidade	Garantia
BNDES	856	27/04/23	15/06/37	TJLP	Mensal	Mensal	CAPEX	Sem garantia Conta reserva, fiança bancária, Aval EGP Brasil, Penhora de ações
BNDES	97.316	29/12/16	15/06/37	TJLP+2,02%	Mensal	Mensal	CAPEX	

A curva de amortização da dívida não circulante se apresenta da seguinte forma:

	2026	2027	2028	2029	Após 2029	Total não circulante
Empréstimos e financiamentos	6.324	6.324	6.324	6.324	47.434	72.730

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Garantias:

Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações, o contrato conta com as seguintes garantias:

- A controladora direta Enel Brasil S.A. como interveniente;
- Fiança bancária;
- Penhor das ações da interveniente Enel Brasil S.A.;
- Cessão fiduciária de direitos creditórios, via constituição de contas reserva.

Cláusulas restritivas (Covenants)

ICSD - Índice de cobertura do serviço da dívida

Contrato	Obrigações especiais financeiras	Limite	Periodicidade de apuração dos índices
BNDES	ICSD - Geração de Caixa / Serviço da Dívida	1,20	Anual
I. Geração de caixa para fins de cálculo dessa obrigação refere-se a (+) EBITDA do ano de referência, conforme item (iii); (-) Despesa de imposto de renda e contribuição social apurados no exercício, líquidos de diferimentos.			
II. Serviço da dívida refere-se ao somatório de 12 meses de pagamentos de amortização de principal e juros realizados no ano de referência, exceto os referentes ao subcrédito social.			
III. EBITDA do ano de referência refere-se ao (+/-) lucro/prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido; (+/-) resultado financeiro líquido negativo/positivo; (+/-) resultado com equivalência patrimonial negativo/positivo; (+) depreciações e amortizações; (+/-) perdas (desvalorização) por impairment / reversões de perdas anteriores; (+/-) prejuízo/lucro na alienação de imobilizado, investimentos ou intangível.			

Em 2024 o BNDES dispensou a companhia da obrigação de apurar e informar o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida do referido ano. Em 31 de dezembro de 2023, o ICSD atendeu as condições do índice mínimo requerido.

11. Outras obrigações fiscais

	31.12.2024	31.12.2023
<u>Obrigações fiscais federais</u>		
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	116	110
Programa de Integração Social - PIS	25	24
INSS sobre terceiros	24	46
	165	180
<u>Obrigações fiscais estaduais</u>		
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	11	30
	11	30
<u>Obrigações fiscais municipais</u>		
Imposto sobre Serviços - ISS	600	2.236
Outras obrigações municipais	11	10
	611	2.246
Total	787	2.456

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



12. Provisão para processos judiciais

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos.

Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente (formalizada ou não formalizada) como resultado de evento passado, é provável que será necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação, e possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Uso de estimativas:

A avaliação da probabilidade de perda por parte dos assessores jurídicos da Companhia inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. O cálculo dos montantes provisionados é realizado com base em valores estimados e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos, responsáveis pelos processos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de seus consultores legais, foram provisionados todos os processos judiciais cuja probabilidade de perda foi estimada como provável.

Quando existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários, a Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para eventuais assuntos identificados em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias das respectivas jurisdições em que opera e cuja probabilidade de perda seja avaliada como provável. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência em fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

12.1 Contingência com risco provável

As provisões para processos judiciais e outros e respectivos depósitos judiciais estão compostas da seguinte forma:

	31.12.2023	Adição	Reversão	31.12.2024
Trabalhistas	1	1	-	2
Cíveis	25	-	(25)	-
Total	26	1	(25)	2

	31.12.2022	Adição	Reversão	Atualização monetária	31.12.2023
Trabalhistas	1	1	(1)	-	1
Cíveis	24	-	-	1	25
Total	25	1	(1)	1	26

As estimativas de encerramento das discussões judiciais, divulgadas nos itens a seguir, podem não ser realizadas nos períodos estimados devido ao andamento futuro dos processos. As contingências prováveis estão classificadas no passivo não circulante da Companhia. A seguir o de detalhamento das causas:

Trabalhistas: Refere-se a reclamação trabalhista ajuizada por empregado próprio que pleiteou danos morais, reintegração e verbas contratuais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



12.2 Contingência com risco possível

A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por esse motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos internos e externos da Companhia. O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

	31.12.2024	31.12.2023
Trabalhistas	883	930
Fiscais	27.085	30.517
Total	27.968	31.447

Fiscais: A Companhia discute ISS supostamente devido com os municípios de Alta Floresta e Juara pelos serviços prestados na construção do Complexo Hidrelétrico Apicás no Estado do Mato Grosso. Nas ações judiciais discute-se para qual município o imposto deveria ser recolhido, considerando a localização do complexo e a correta base de cálculo do ISS que deveria ser excluir os materiais aplicados na obra. O valor atualizado em 31 de dezembro de 2024 é R\$ 23.094 (R\$ 28.108 em 31 dezembro de 2023).

Além destes processos, a Companhia ainda discute temas de ICMS cujo valor atualizado em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 3.991 (R\$ 2.409 em 31 dezembro de 2023).

12.3 Depósitos vinculados

A Companhia possui alguns depósitos vinculados às ações judiciais, os quais estão apresentados a seguir:

	31.12.2024	31.12.2023
Trabalhistas	345	315
Fiscais	3.980	11.209
Total	4.325	11.524

Em junho de 2023, foi determinado o levantamento aos municípios de Alta Floresta e Juara dos depósitos judiciais envolvidos na ação consignatória, referente ao ISS incidente nos pagamentos realizados ao fornecedor Quebec Engenharia. Dessa forma, foram recolhidos aos municípios, referente ao ISS, o montante de R\$ 7.923, reconhecido na rubrica de outras obrigações fiscais.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia reconheceu atualização monetária no montante de R\$ 724, pagamentos/levantamento de R\$ 7.923, resultado em um saldo final de depósitos fiscais de R\$ 4.325.

13. Patrimônio líquido

13.1 Capital social

O capital social é de R\$ 274.421 em 31 de dezembro 2024 e 2023, parcialmente integralizado em contas e sem valor nominal, com a composição acionária a seguir:

	31.12.2024		31.12.2023	
	Quantidade de ações	% de participação no capital	Quantidade de ações	% de participação no capital
Enel Brasil S.A.	274.420.832	100,00%	274.420.832	100,00%
Total	274.420.832	100,00%	274.420.832	100,00%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



13.2 Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social corrigido anualmente.

13.3 Reserva de reforço de capital de giro

O lucro remanescente (após destinações à reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios), ressalvada deliberação em contrário da Assembleia Geral, será destinado à formação de reserva de reforço de capital de giro, cujo total não poderá exceder o valor do capital subscrito, conforme os termos do artigo 21 do estatuto social da Companhia.

13.4 Destinação do resultado

O contrato social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários e/ou intercalares.

	31.12.2024	31.12.2023
Lucro líquido do exercício	5.249	8.539
Absorção dos prejuízos acumulados	-	(4.118)
(-) Reserva legal	(262)	(221)
Lucro líquido do exercício ajustado	4.987	4.200
Dividendo mínimo obrigatório	(1.247)	(1.050)
Reserva para reforço de capital de giro	(3.740)	(3.150)
Total	-	-

13.5 Dividendos

A movimentação dos dividendos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 se encontra detalhada a seguir:

	31.12.2024	31.12.2023
Saldo inicial	1.050	1.435
<u>Efeito não caixa</u>		
Dividendo mínimo obrigatório	1.247	1.050
<u>Efeito caixa</u>		
Dividendos pagos	(1.050)	(1.435)
Saldo final	1.247	1.050

14. Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação básico e diluído utilizando a quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41. O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. O lucro básico por ação equivale ao lucro por ação diluído, haja vista que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações.

A tabela a seguir apresenta o lucro básico/diluído por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Salto Apicás S.A.

	Nota	2024	2023
Lucro líquido do exercício		5.249	8.539
Número de ações	13	274.420.832	274.420.832
Resultado - básico e diluído por ação (em Reais - R\$)		0,0191	0,0311

15. Receita líquida

As receitas são reconhecidas pela Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (“CPC 47”). A norma estabelece o modelo para reconhecimento de receitas originadas de contratos com clientes, composto por cinco passos, cujos valores devem refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente.

A Companhia reconhece suas receitas quando uma obrigação de performance é satisfeita, sendo considerado o valor que se espera receber em troca da transferência de bens ou serviços. As receitas são reconhecidas à medida que for provável o recebimento da contraprestação financeira em troca bens ou serviços ora transferidos, considerando também, a capacidade e intenção de seus clientes em cumprir com os pagamentos determinados em contrato.

	Nota	2024	2023
Suprimento de energia elétrica	15.1	37.554	35.797
Suprimento de energia elétrica - partes relacionadas	15.1 e 19	5.429	5.175
Mercado de curto prazo	15.2	1.038	1.366
Receita operacional bruta		44.021	42.338
Deduções da receita			
Eficiência energética - P&D, FNDCT e EPE		(414)	(393)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TSEE		(187)	(171)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH		(454)	(888)
COFINS		(1.325)	(1.270)
PIS		(287)	(277)
Total deduções da receita		(2.667)	(2.999)
Total		41.354	39.339

15.1 Receita de venda de energia

As receitas de venda de energia elétrica são reconhecidas no resultado de acordo com as regras estabelecidas através do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade definida em contrato com os clientes. A apuração do volume de energia comercializado ocorre em bases mensais ou conforme estabelecido em cláusulas contratuais. As receitas de suprimentos de energia elétrica incluem também as transações no mercado de curto prazo.

15.2 Mercado de curto prazo

As vendas de energia na Câmara de Comercialização de Energia (“CCEE”) são reconhecidas pelo valor justo da contraprestação a receber quando há um excedente de geração, após a alocação de energia no MRE, denominada (“energia secundária”), liquidada no mercado SPOT (“mercado de curto prazo”) ao valor do Preço de Liquidação das Diferenças (“PLD”) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de energia elétrica.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Salto Apiacás S.A.****16. Custos e despesas operacionais (incluindo outras receitas)**

	2024					
	Nota	Custo	Despesas gerais e administrativas	Perda por redução ao valor recuperável	Outras receitas operacionais	Total
Pessoal		(1.598)	(117)	-	-	(1.715)
(-) Capitalização dos custos de pessoal		368	-	-	-	368
Material		(263)	(26)	-	-	(289)
Serviços		(1.449)	(32)	-	-	(1.481)
Serviços - partes relacionadas	19	-	(1.647)	-	-	(1.647)
Energia elétrica comprada para revenda		(6.141)	-	-	-	(6.141)
Energia elétrica comprada para revenda - partes relacionadas	19	(940)	-	-	-	(940)
Encargos do uso de rede elétrica		(1.881)	-	-	-	(1.881)
Seguros		(793)	-	-	-	(793)
Depreciação e amortização		(8.498)	(448)	-	-	(8.946)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa		-	-	36	-	36
Outras receitas (despesas) operacionais		-	(2.418)	-	17	(2.401)
Total		(21.195)	(4.688)	36	17	(25.830)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Salto Apiacás S.A.**

	2023				
		Despesas gerais e administrativas	Perda por redução ao valor recuperável	Total	
	Nota	Custo			
Pessoal		(2.147)	(499)	-	(2.646)
(-) Capitalização dos custos de pessoal		1.930	-	-	1.930
Material		(221)	(73)	-	(294)
(-) Capitalização dos custos de material		75	-	-	75
Serviços		(1.698)	(26)	-	(1.724)
Serviços - partes relacionadas	19	-	(1.693)	-	(1.693)
Energia elétrica comprada para revenda		(2.997)	-	-	(2.997)
Energia elétrica comprada para revenda - partes relacionadas	19	(218)	-	-	(218)
Encargos do uso de rede elétrica		(2.038)	-	-	(2.038)
Transporte de potência de energia		(9)	-	-	(9)
Seguros		(525)	-	-	(525)
Depreciação e amortização		(11.200)	(448)	-	(11.648)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa		-	-	(28)	(28)
Taxas e contribuições		-	(22)	-	(22)
Outras despesas operacionais		-	(2.247)	-	(2.247)
Total		(19.048)	(5.008)	(28)	(24.084)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



17. Resultado financeiro

	2024	2023
<u>Receitas financeiras</u>		
Renda de aplicações financeiras	5.530	4.414
Juros e atualização monetária de mercado de curto prazo	-	11
Atualização monetária dos depósitos judiciais	724	1.255
Atualização de créditos tributários	9	-
Outras receitas financeiras	145	-
	6.408	5.680
<u>Despesas financeiras</u>		
Custo de transação	(247)	(247)
Encargos de dívidas	(7.374)	(7.954)
Variação monetária de processos judiciais e outros	-	(1)
Atualização de impostos e multas	(3.497)	(4)
Cartas de fiança e seguros em garantia	(691)	(1.046)
Imposto sobre operações financeiras - IOF	(59)	(72)
Outras despesas financeiras	(191)	(154)
	(12.059)	(9.478)
<u>Variações cambiais líquidas</u>		
Outras variações cambiais	(1.121)	293
	(1.121)	293
Total	(6.772)	(3.505)

18. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base na presunção de receitas. A partir da receita bruta, aplica-se 8% e 12%, respectivamente.

Depois de determinados os valores de acordo com estes percentuais, deverão ser adicionadas em sua integralidade às demais receitas para a formação da base de cálculo do lucro presumido.

Sobre a base apurada anteriormente, trimestralmente aplicam-se para o imposto de renda as seguintes alíquotas:

- 15% de Imposto de Renda sobre o total da base de cálculo;
- 10% de adicional sobre a parcela do lucro presumido que exceder a R\$ 60, ou no caso de início ou encerramento de atividades no trimestre, ao limite equivalente ao resultado da multiplicação de R\$ 20 pelo número de meses do período de apuração.

Sobre a base de cálculo apurada anteriormente, para contribuição social, aplica-se a alíquota de 9%.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores, se existente.

O imposto de renda e a contribuição social apurados pela Companhia com base no lucro presumido encontram-se demonstrados como segue:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	2024	2023
Receita de suprimento de energia elétrica	44.021	42.338
Base de cálculo presumida do imposto de renda (8%)	3.522	3.387
Renda de aplicações financeiras	5.530	4.414
Variação cambial realizada	103	-
Outras receitas financeiras	756	1.266
Total base de cálculo do imposto de renda	9.911	9.067
Alíquota do imposto de renda (15%)	(1.486)	(1.360)
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 20/mês (10%)	(967)	(883)
Total do imposto de renda	(2.453)	(2.243)
Base de cálculo presumida da contribuição social (12%)	5.283	5.081
Renda de aplicações financeiras	5.530	4.414
Variação cambial realizada	103	-
Outras receitas financeiras	756	1.266
Total base de cálculo da contribuição social	11.672	10.761
Alíquota da contribuição social (9%)	(1.050)	(968)
Total	(3.503)	(3.211)

19. Transações com partes relacionadas

Os contratos celebrados entre partes relacionadas são submetidos à anuência prévia ou posteriori da ANEEL, de acordo com a Resolução Normativa nº 699/16.

Os saldos a receber de partes relacionadas, não apresentam risco de recuperação. Dessa forma nenhuma perda esperada foi registrada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

A seguir são apresentados os saldos a receber e a pagar, e as receitas e despesas das transações, com efeito líquido por parte relacionada, envolvendo a controladora e demais empresas com controle comum.

19.1 Controladora (Enel Brasil)

Natureza da operação	Vigência	31.12.2024	31.12.2023	2024	2023
		Passivo	Passivo	Despesas	Despesas
Dividendos a pagar	Dezembro de 2025	(1.247)	(1.050)	-	-
Compartilhamento de despesas comuns	Dezembro de 2025	(1.250)	(334)	(1.647)	(1.693)
Total		(2.497)	(1.384)	(1.647)	(1.693)

A Companhia mantém com sua controladora contrato de fruição de utilidades comuns que prevê o compartilhamento de infraestrutura.

19.2 Empresas de controle comum

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Salto Apicás S.A.

Natureza da operação	Vigência	31.12.2024	31.12.2023	2024	2023
		Ativo (passivo)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
<u>Compra e venda de energia</u>					
Enel Trading Brasil S.A.	Até o final da concessão	-	(25)	(467)	(218)
Ampla Energia e Serviços S.A.	Até o final da concessão	266	258	1.878	1.791
Enel Distribuição Ceará (COELCE)	Até o final da concessão	214	211	1.463	1.394
Enel Green Power Paranapanema S.A.	Até o final da concessão	(9)	391	(473)	-
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.	Até o final da concessão	292	277	2.088	1.990
		763	1.112	4.489	4.957
<u>Suporte operacional</u>					
Enel Green Power S.p.A.	Janeiro de 2018 até o término dos serviços	(6.957)	(5.835)	-	-
		(6.957)	(5.835)	-	-
<u>Compartilhamento de despesas comuns</u>					
Enel Green Power Cabeça de Boi S.A.	Dezembro de 2025	-	(54)	-	-
Enel Green Power Cristal Eólica S.A.	Dezembro de 2025	-	49	-	-
Enelpower do Brasil Ltda.	Dezembro de 2025	-	(1)	-	-
Enel Green Power Delfina A Eólica S.A.	Dezembro de 2025	-	176	-	-
Usina Fotovoltaica Arinos E 11 Ltda.	Dezembro de 2025	229	327	-	-
Usina Eólica Pedra Pintada A Ltda.	Dezembro de 2025	206	160	-	-
Enel Green Power Morro do Chapéu I Eólica S.A.	Dezembro de 2025	-	1.204	-	-
Enel Green Power Ituverava Norte Solar S.A.	Dezembro de 2025	-	11	-	-
Enel Green Power Ituverava Solar S.A.	Dezembro de 2025	-	29	-	-
Enel Green Power Paranapanema S.A.	Dezembro de 2025	(851)	(69)	-	-
Enel Green Power Ventos de Santa Ângela 2 S.A.	Dezembro de 2025	-	2.739	-	-
Enel Green Power Zeus II - Delfina 8 S.A.	Dezembro de 2025	-	765	-	-
Enel Green Power Horizonte MP Solar S.A.	Dezembro de 2025	-	916	-	-
Enel Green Power Cumaru 01 S.A.	Dezembro de 2025	-	960	-	-
Enel Green Power Ventos de Santa Ângela ACL 13 S.A.	Dezembro de 2025	-	255	-	-
Enel Green Power Ventos de Santa Esperança 8 S.A.	Dezembro de 2025	-	1.397	-	-
Enel Green Power São Gonçalo 3 S.A.	Dezembro de 2025	-	241	-	-
Primavera Energia S.A.	Dezembro de 2025	-	34	-	-
Enel Green Power Ventos de São Roque 01 S.A.	Dezembro de 2025	-	1.175	-	-
Enel Green Power Fontes dos Ventos 2 S.A.	Dezembro de 2025	-	878	-	-
Enel Green Power Aroeira 01 S.A.	Dezembro de 2025	73	1.679	-	-
Enel Green Power São Gonçalo 14 S.A.	Dezembro de 2025	532	532	-	-
Enel Green Power Ventos de São Roque 03 S.A.	Dezembro de 2025	-	100	-	-
Apicás Energia S.A.	Dezembro de 2025	-	(502)	-	-
		189	13.001	-	-
Total		(6.005)	8.278	4.489	4.957

Compartilhamento das despesas comuns: O contrato tem por objeto a regulação dos direitos e obrigações das fruïdas em relação à fruïção de “Utilidades comuns”, definindo as atribuições de cada uma das partes na execução de tarefas, bem como os critérios de alocação, de modo que sejam distribuídos, de maneira proporcional e racional, os custos e despesas passíveis de compartilhamento, gerando eficiência de escala na administração das atividades a que se dedicam as partes.

Compra e venda de energia: Contratos bilaterais livremente negociados, conforme regras e procedimentos de comercialização específicos, no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”), observando-se os preços e condições usuais de mercado.

Suporte Operacional: Referente a projetos de engenharia, aquisição e construção, sem transferência de tecnologia ou know-how, se dá através de i) prestação de consultoria e aconselhamento sobre questões relativas ao projeto; ii) aconselhamento oral e escrito de peritos das várias categorias de serviços; iii) fornecimento de informações factuais e recomendações que permitem melhorias na implementação do projeto; iv) participação na execução do projeto; v) designação de pessoa responsável pela coordenação do recolhimento e tratamento de informações.

Remuneração dos Administradores

Tendo em vista que os Administradores prestam serviços e são remunerados em demais sociedades do Grupo, tendo seus custos compartilhados, não houve remuneração de Administradores na Companhia em 2024 e 2023.

20. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro

Considerações gerais

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e oportunidades/condições de cobertura no mercado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



20.1 Instrumentos financeiros

20.1.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

			31.12.2024		31.12.2023	
	Categoria	Nível (a)	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	2	48.869	48.869	34.422	34.422
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado	2	10.030	10.030	-	-
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	2	5.997	5.997	12.929	12.929
Cauções e depósitos	Custo amortizado	2	8.274	8.274	7.785	7.785
Depósitos vinculados	Custo amortizado	2	4.325	4.325	11.524	11.524
Ressarcimento TUSD	Custo amortizado	2	10.450	10.450	10.451	10.451
Total do ativo			87.945	87.945	77.111	77.111
Passivo						
Fornecedores	Custo amortizado	2	15.228	15.228	10.526	10.526
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	2	79.318	62.098	84.931	80.301
Total do passivo			94.546	77.326	95.457	90.827

(a) Conforme detalhado na nota explicativa 20.2 Hierarquia do valor justo

Uso de estimativas

As aplicações financeiras classificadas como (i) Caixa e equivalente de caixa; e (ii) Títulos e valores mobiliários, são registradas inicialmente pelo seu valor justo e atualizadas por amortização de principal e correção de rendimentos com base na curva da taxa DI apurada no período, conforme definido na contratação. Todas as aplicações da Companhia são vinculadas a índice financeiro pós fixados, portanto não é esperada alteração significativa entre o valor contábil e o valor justo.

As operações de derivativos, quando realizadas, são para proteger o caixa da Companhia. A contratação dos derivativos é realizada com bancos que possuem *investment grade* (escalas locais das principais agências de riscos) com “expertise” necessária para as operações, evitando-se a contratação de derivativos especulativos.

A operação com instrumento derivativo é mensurada por meio de modelo de precificação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. O valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto.

Para as rubricas empréstimos, financiamentos, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

20.2 Hierarquia do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo;
- Nível 2: dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado;
- Nível 3: dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

20.3 Gerenciamento de riscos

A Companhia segue as diretrizes do Sistema de Controle de Gestão de Risco (SCGR) definido no nível da *Holding* (Enel SpA), que estabelece as normas para a gestão de riscos por meio das respectivas políticas, procedimentos, sistemas etc. Essas diretrizes são aplicadas nos diferentes níveis da Companhia, abrangendo os processos de identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos que o negócio enfrenta continuamente.

Este sistema é supervisionado pelo Conselho de Administração da Enel SpA, que abriga um comitê de controles e riscos, que apoia a avaliação e decisões do conselho com relação aos controles internos e o sistema de gestão de riscos, bem como aquelas relacionadas à aprovação de relatórios financeiros periódicos.

Existe uma política específica de controle e gestão de riscos aplicável à Enel Brasil e suas subsidiárias, que é revisada e aprovada anualmente pelo Conselho de Administração da Companhia, observando e aderindo aos requisitos locais em matéria de gestão de riscos.

Adicionalmente, existem procedimentos organizacionais na Companhia que abordam a gestão de riscos de forma abrangente, os quais complementam outras políticas específicas que são estabelecidas em relação a determinados riscos nas funções corporativas ou nas linhas de negócio do grupo, e que incluem limites e indicadores que são posteriormente monitorados, sendo elas: política de gestão de garantias, política controle de risco de *commodities*, política de controle de risco de crédito e contraparte, política de controle de risco

financeiro, política de cobertura (taxa de câmbio e taxa de juros), política de mudanças climáticas, dentre outras.

A Companhia busca proteção para todos os riscos que possam afetar seus objetivos, utilizando 6 macros categorias de riscos: financeiros, estratégicos, governança e cultura, tecnologia digital, *compliance* e operacional; e 38 (trinta e oito) subcategorias de riscos para identificar, analisar, avaliar, tratar, monitorar e comunicar seus riscos.

(a) Estrutura de gerenciamento de riscos

O Grupo Enel possui um comitê global de gerenciamento de riscos que possui as seguintes atribuições: aprovar as políticas de risco propostas pela *Holding*; aprovar os limites de exposição propostos; autorizar a quebra de limites; definir estratégias de risco mediante a identificação de planos de ação e instrumentos para mitigar riscos e supervisionar a gestão e controle de riscos.

O sistema de controle e gestão de risco da Companhia é composto por três linhas de defesa, visando alcançar uma gestão eficaz e eficiente, nas quais as áreas de negócio é a primeira linha de defesa, a área de Controle de Riscos e Controles Internos, atuando como segunda linha de defesa e, finalmente, a Auditoria Interna, atuando como terceira linha de defesa. Cada uma dessas linhas desempenha um papel distinto dentro da estrutura de governança mais ampla da organização. Elas têm a obrigação de informar e manter a alta administração e os diretores atualizados sobre a gestão de riscos, sendo a alta administração informada pela primeira e segunda linhas de defesa, e o Conselho de Administração (Diretores), por sua vez, pela segunda e terceiras linhas de defesa.

A área de *Risk Control Brazil* (Controle de Riscos Brasil) possui a Certificação Internacional ISO 31000:2018 (G31000) e atua de acordo com as diretrizes vigentes desta norma internacional para gerenciar os riscos, onde o principal objetivo é identificar de forma preventiva riscos (endógenos e exógenos), analisar, avaliar e quantificar o impacto e a probabilidade de materialização destes riscos, dentro do processo de avaliação de riscos, bem como realizar o devido tratamento por meio da definição de ações de mitigação e planos de ação em conjunto com as áreas de negócio e seus respectivos *Risk Owners* (Proprietários dos Riscos), com objetivo de garantir as boas práticas de governança corporativa e assegurar a continuidade do negócio.

Dentro da estrutura organizacional da Companhia, o processo de gestão de riscos é descentralizado, ou seja, cada gestor responsável pelo processo de negócio no qual o risco se origina também é responsável pela identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação deste risco.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Esse risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes ou de uma contraparte, em um instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais.

No caso de transações financeiras, existem políticas que estabelecem regras e limites para realizar operações com contrapartes. Essas políticas levam em consideração, dentre outras variáveis, a classificação de risco de crédito (rating) e valor do patrimônio líquido da contraparte.

O risco é basicamente proveniente de: (i) equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo; (ii) contas a receber; e (iii), depósitos vinculados.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Nota	31.12.2024	31.12.2023
Caixa e equivalentes de caixa	3	48.869	34.422
Títulos e valores mobiliários	4	10.030	-
Contas a receber de clientes	5	5.997	12.929
Depósitos vinculados	12	4.325	11.524
Total		69.221	58.875

(b.2) Gerenciamento de capital

A Companhia controla sua estrutura de capital de acordo com as condições macroeconômicas, de forma a possibilitar o pagamento de dividendos, maximizar o retorno de capital aos cotistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário. A Companhia também monitora constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira.

A estrutura de capital da Companhia encontra-se demonstrada no quadro a seguir:

	Nota	31.12.2024	31.12.2023
Empréstimos e financiamentos	10	79.318	84.931
Dívida		79.318	84.931
Caixa e equivalentes de caixa	3	(48.869)	(34.422)
Títulos e valores mobiliários	4	(10.030)	-
Dívida líquida (a)		20.419	50.509
Patrimônio líquido (b)	13	267.980	263.978
Índice de endividamento líquido (a/[a+b])		7,08%	16,06%

(b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a sua reputação.

Considerando os planos de negócios que compreendem os orçamentos anuais ou plurianuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações, a Companhia não identificou riscos sobre a capacidade de quitar as obrigações presentes no passivo circulante em 31 de dezembro de 2024.

O Grupo, por meio da controladora indireta Enel S.p.A. (sediada na Itália), tem feito aportes e investimentos significativos no Brasil. A Companhia conta ainda, caso seja necessário, com o apoio financeiro da Enel S.p.A. que, por meio da *Enel Finance International* (EFI), poderá disponibilizar recursos para financiar investimentos e/ou capital de giro.

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados; (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros da Companhia, que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Salto Apiacás S.A.

	Menos de um mês	De um a três meses	De três a doze meses	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	total
Empréstimos e financiamentos - pós fixados	1.055	2.119	9.338	45.011	62.086	119.609
Total	1.055	2.119	9.338	45.011	62.086	119.609

(b.4) Riscos de mercado

(b.4.1) Risco de taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

Em relação à eventual exposição de ativos e passivos relevantes às variações de mercado (câmbio, taxas de juros e inflação), a Companhia adota como estratégia a diversificação de indexadores e, eventualmente, se utiliza de instrumento financeiros derivativos para fins de proteção, à medida em que se identifique esta necessidade e haja condições de mercado adequadas que o permitam.

Empréstimos, financiamentos e derivativos	31.12.2024	%	31.12.2023	%
TJLP	79.318	100,00%	84.931	100,00%
Total	79.318	100,00%	84.931	100,00%

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros sobre instrumentos financeiros

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade nos saldos de ativos financeiros e dívidas da Companhia em 31 de dezembro de 2024, estabelecida por meio da projeção das receitas (despesas) financeiras para os próximos 12 meses de acordo com a curva futura dos indicadores divulgada pela B3.

Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração/aumento de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável (índices projetados divulgados pela B3).

Dívidas	31.12.2024	Projeção despesas financeiras - um ano				
		Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
<u>TJLP</u>						
BNDDES	85.182	4.518	5.910	7.281	8.632	9.964
Total	85.182	4.518	5.910	7.281	8.632	9.964

20.4 Risco operacional

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros. A Companhia realiza as atividades de operação e manutenção das suas usinas de acordo com as práticas do setor elétrico brasileiro, inclusive realizando sistematicamente as atividades de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos eletromecânicos das instalações bem como o monitoramento das estruturas civis e barragens.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Salto Apiacás S.A.

Caso ocorram eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, a Companhia contratou uma cobertura de seguros de operação sobre máquinas, equipamentos e estrutura de obras.

21. Seguros

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a cobertura de seguros estabelecida pela Administração da Companhia para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil é como segue:

Riscos	Data de vigência		Importância assegurada	Limite máximo de garantia sinistro
	De	Até		
Riscos operacionais	31/10/24	31/10/25	421.606	6.284.546
Responsabilidade civil geral	31/10/24	31/10/25	N/A	100.860
Responsabilidade civil administradores	10/11/24	10/11/25	N/A	86.382
Riscos ambientais	31/10/24	31/10/25	N/A	125.691

22. Informações complementares às demonstrações do fluxo de caixa

22.1 Principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa:

A Companhia classifica os juros pagos e recebidos como atividade operacional (juros de dívidas e aplicações financeiras, dentre outros). A seguir é demonstrada a conciliação dos pagamentos de juros alocados por atividade nas demonstrações dos fluxos de caixa:

Pagamento de juros	31.12.2024	31.12.2023
Apresentados nas atividades operacionais	(6.696)	(7.068)
Total	(6.696)	(7.068)

22.2 Conciliação das atividades de financiamento:

Seguindo as orientações do CPC 03 (R2) parágrafo 44A, a Companhia deve divulgar informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliarem as alterações em passivos provenientes de atividades de financiamento, incluindo as alterações decorrentes dos fluxos de caixa e de não caixa

Efeito caixa	Nota	31.12.2024	31.12.2023
Atividades de financiamentos			
Captação de empréstimos e financiamentos	10	-	1.779
Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal)	10	(6.538)	(6.432)
Pagamento de dividendos	13	(1.050)	(1.435)
Total		(7.588)	(6.088)